

VIVER A FÉ HOJE¹

*Prof. Dr. Mario de França Miranda**

Resumo

O que significa crer nos dias de hoje? A resposta a esta pergunta exige muita criatividade, pois a vivência da fé é sempre uma opção livre e consciente. Crer, na realidade concreta do mundo, onde se deve viver e testemunhar a fé em Jesus Cristo, em nossos dias, é o constante desafio de cada crente, individualmente, como também da própria Igreja, sinal e instrumento da salvação. A fé, em seu fundamento, não é produto humano e, sim, oferta à liberdade humana; portanto, só no interior da fé chega-se plenamente ao fundamento da mesma. E a partir daí, a história de Jesus de Nazaré, com toda a sua riqueza, oferece a razão, a verdade e credibilidade da opção pessoal e eclesial.

Palavras-chave: Crise; fé; salvação; opção livre; realização pessoal; *aggiornamento*.

Abstract

What means the belief nowadays? The answer to this question requires creativity, then faith is a free choice. Today the challenge of everyone is to testify Jesus and Church as a sign of salvation. The faith is a gift to the human freedom and thus Jesus' history offers the reason and the credibility of the personal choice.

Key words: crisis; faith; free choice; *aggiornamento*.

¹ Palestra pronunciada no dia 20 de março de 2006, por ocasião da Aula inaugural do ano acadêmico da Faculdade de Teologia da PUCRS, no Auditório térreo do Prédio 50.

* Jesuíta, Doutor em Teologia pela PUG – Roma, Professor da PUC-Rio.

As épocas de crise não devem ser vistas apenas em seu lado negativo, pelo mal-estar originado pela falência dos padrões anteriores e pela ineficácia das soluções tradicionais. Tais momentos da história humana são também altamente positivos ao nos fazer reavaliar juízos já consagrados, a questionar práticas herdadas e, sobretudo, a despertar em nós a sempre indispensável *criatividade*, já que somos seres imersos na história, sempre às voltas com novas paisagens e novos desafios. Sem dúvida alguma, mesmo desconhecendo os estudos sobre a atual sociedade, todos nós sentimos na pele, sejam as rápidas e sucessivas transformações socioculturais, sejam as múltiplas e desconcertantes leituras da realidade à nossa volta. O fenômeno atinge todos os setores sociais nos quais vivemos: família, ensino, cultura, política, economia. Todos nos sentimos um pouco estrangeiros, na atual sociedade, por não conseguirmos conhecer e assim dominar toda a sua enorme e variada realidade.

Também o cristão, embora reconhecendo ter uma vocação meta-histórica, que o faz viver diferentemente neste mundo, não deixa de ser *deste mundo*, sujeito a suas reviravoltas e surpresas, imerso no conjuntural e no provisório, condicionado por contextos e problemáticas históricas. Desse modo, é sempre a partir de uma realidade concreta que deve viver sua fé. Nessa realidade, que constitui o seu mundo, pequeno ou grande, se encontra, não só uma determinada sociedade, mas também uma determinada configuração eclesial, uma determinada expressão teológica, uma determinada ação pastoral, todas intimamente conectadas e se apoiando mutuamente. Pois a história da Igreja nos demonstra que a mesma não está imune e nem é impermeável, em sua dimensão institucional, teológica e pastoral, ao contexto sociocultural onde se encontra.

Embora mantendo sua identidade teológica, ela se transformou de fato, ao longo da história, não só porque seus membros eram filhos de uma época e de uma cultura, mas também porque ela quis realizar naquele momento a sua própria razão de

ser, a saber, viver e proclamar a salvação de Jesus Cristo para o mundo. No cristianismo é sempre o soteriológico, *o salvífico*, que comanda o doutrinal, o institucional, o pastoral. Jesus Cristo veio para nos salvar, aqui está o seu núcleo. O que vale também para a Igreja, sacramento universal da salvação (LG 1). Conseqüentemente, todo o resto está em função desse núcleo, dele haurindo seu significado e seu valor: expressão doutrinal, estrutura jurídica, linhas pastorais.

Se a própria história da Igreja nos convida a refletir criativamente sobre uma adequada configuração eclesial para nossos dias, ela nos demonstra também a complexidade de tal tarefa. Basta que tenhamos presentes, todas as numerosas realidades eclesiais que deverão ser analisadas, avaliadas e eventualmente modificadas. Exemplo concreto foi o enorme trabalho que representou o Concílio Vaticano II para centenas de bispos e teólogos altamente qualificados. Por isso mesmo, nosso objetivo é mais modesto, embora não deixe de repercutir em outros setores. Vamos nos limitar à questão da *vivência da fé em Jesus Cristo em nossos dias*. Dividiremos nosso estudo em três partes. Primeiramente, descreveremos os traços principais do contexto sociocultural onde vivemos como cristãos. Numa segunda parte, veremos o que implica crer em Jesus Cristo como nosso salvador. E, finalmente, esboçaremos, sem pretensão alguma de sermos completos, algumas conseqüências para o labor teológico, para a configuração institucional da Igreja, para a ação pastoral da mesma.

1 O impacto da sociedade atual na fé dos cristãos

A atual sociedade pluralista e secularizada constitui um sério desafio, tanto para a comunidade eclesial como para o indivíduo cristão. Pois tanto a Igreja quanto o católico estão marcados por uma experiência de séculos, mais conhecida como a *era da cristandade*. Nessa época, não havia propriamente um diálogo com a sociedade, pois tudo era regrado através das autoridades

civis e religiosas. As doutrinas e crenças católicas constituíam as referências básicas da sociedade, possibilitando a organização e a vida social. Em nosso país, pelo batismo o brasileiro não só entrava para a Igreja, mas também ganhava um nome que equivalia a sua cidadania.

Devido à união de Igreja e Coroa, na época da monarquia, regulada pela instituição do padroado, recebia o Estado legitimação, por parte da religião, e esta, por sua vez, garantia seu sustento material e seu domínio doutrinal. Porém, com esse casamento lucrou mais a Coroa do que a Igreja, pois era aquela que tinha a última palavra. Desse modo, em todo esse período não só sofreu o país com uma carência crônica de bispos e sacerdotes, mas ainda não conseguiu a Igreja se constituir como instituição forte, por estar apoiada na Coroa. Sua influência era pequena entre a população, entregue a si própria em sua vida religiosa, sobrevivendo com um catolicismo devocional e festivo. Paradoxalmente, o Brasil era maciçamente católico, mas não suficientemente evangelizado!

O advento do regime republicano trouxe liberdade para a Igreja, que pôde receber reforços missionários vindos da Europa, mas as grandes maiorias de camponeses do interior só começaram a ser atendidas mais tarde, quando então as pastorais da CNBB se dirigiram para os mais necessitados. Apesar dos esforços e dos méritos de bispos, padres, religiosos e leigos, ou mesmo de iniciativas fecundas como as Comunidades Eclesiais de Base, devemos reconhecer que o Brasil católico ainda carece de uma evangelização adequada.

Essa realidade, que conseguiu sobreviver dissimulada numa época de cristandade, responde hoje, em grande parte, pela diminuição dos católicos registrada nos sucessivos recenseamentos. A sociedade pluralista privou-os do respaldo social de sua fé, e a oferta generosa de crenças levou-os a emigrarem para outras comunidades cristãs, onde alguns conseguem pela primeira vez uma experiência salvífica com Jesus Cristo. Excetuando uma

minoria de praticantes, que ocupam a maior parte da nossa pastoral, os demais católicos vêm a Igreja como uma instituição autoritária, moralista, e com um discurso que não os ajuda muito em sua vida concreta.

Contudo seria injusto atribuir somente à Igreja a dificuldade experimentada hoje pelos católicos para viverem sua fé. Pois a sociedade pluralista em rápidas transformações torna inócuas, inadequadas e ineficazes muitas referências vitais do passado, questionando, assim, o valor das tradições responsáveis pela vida social e pelas identidades individuais. Entramos em águas tumultuadas onde não mais funcionam as bússolas e as orientações dos que nos precederam. Com exceção do mundo da economia, regido pela competência, pela produtividade e pela eficácia, nenhum outro setor da sociedade consegue, sem dificuldade, impor interditos ou gerar compromissos em vista do bem comum. E quando tentam fazê-lo, devem vir equipados com um discurso realmente justificativo e convincente, sob pena de não serem ouvidos.

Nos últimos séculos, passamos de uma cultura cosmocêntrica para outra *antropocêntrica*, que enfatiza a subjetividade, a liberdade e o direito do indivíduo, oferecendo espaço para que cada um construa sua própria biografia e siga seu próprio itinerário existencial. Nada é aceito sem mais, por vir apoiado na tradição ou na autoridade, como se deu no passado. Esta situação impõe ao indivíduo o ônus da escolha, que lhe poupava a sociedade tradicional, mas também lhe oferece a chance de opções mais conscientes e autênticas, ainda que mais lentas e complexas quando comparadas com as do passado. A emergência da subjetividade, tal como constatamos hoje, desregula o consagrado sistema de transmissão dos saberes, dos valores, das práticas sociais e dos sentimentos, gerando um mal-estar coletivo, e patente no difícil relacionamento com as gerações mais jovens. Naturalmente as instituições sociais sofrem a mesma crise, sem que a Igreja constitua uma exceção.

Essa situação se vê agravada pela *fragmentação do saber*, pela ausência de amplas visões da realidade ou de ideologias que provoquem a liberdade, privando a sociedade de um horizonte hegemônico que nos facilitasse a convivência com nossos semelhantes. Pelo contrário, só temos acesso a pedaços de cultura e, portanto, a fragmentos da realidade, nem sempre iguais aos dos nossos contemporâneos. Estamos condenados a viver em meio a leituras diferentes da nossa, sem que possamos integrá-las todas num sistema unitário. Daí respirarmos hoje um relativismo, que mina nossas convicções, fomenta um pragmatismo existencial e nos impele para um consumismo de objetos ou de sensações. Transposta numa escala macro, essa realidade se manifesta na hegemonia do lucro, na insensibilidade das grandes potências, na escalada da violência, no terrorismo, na degradação ambiental, na indústria bélica ou da droga, que nos fazem temer pelo futuro da própria humanidade.

A instabilidade cultural leva muitos de nossos contemporâneos a buscar *saídas para o impasse*. Alguns cedem à tentação fundamentalista, entregando sua liberdade a gurus em troca das ansiadas certezas. Outros buscam refúgio na experiência de sentimentos intensos, aliando-se ao movimento pentecostal em alguma de suas várias modalidades. Outros ainda partem para as crenças orientais, talvez numa versão ocidental, em busca de luz e de sentido. O fenômeno aí está, resultante, tanto da imperícia da Igreja como também da vertiginosa velocidade das mudanças socioculturais. Não podemos deixar de mencionar que, em muitos casos, essas válvulas de escape estão sendo utilizadas numa perspectiva de auto-ajuda, isto é, estão centradas no próprio indivíduo que as utiliza para seu conforto espiritual ou sua paz interior.

A incrível produção de bens, embora à custa do empobrecimento de grandes maiorias do planeta, aliada à sensação de um futuro incerto e ao enfraquecimento das convicções, torna *problemática* a crença cristã de uma outra vida feliz junto de Deus.

Todos querem alcançar a felicidade já, todos desejam o Reino de Deus em sua plenitude já nesta vida, sendo que a promessa divina de uma eternidade bem-aventurada não mais constitui, como no passado, uma instância que dá sentido e motiva as diversas renúncias próprias de quem vive a fé ou se aventura na caridade fraterna. Não mais dispomos da tranqüilidade religiosa dos nossos antepassados, segura no seio de uma Igreja sólida, majoritária e respaldada pela sociedade. O ato de fé (*fides qua*) era pressuposto tranqüilo; com isso se dava mais atenção a seu conteúdo (*fides quae*), às formulações doutrinárias. A quase ausência de sérios desafios não estimulava, seja um questionamento, seja um aprofundamento da mesma. Tudo era aceito, embora sem a devida compreensão, já que pertencia à cultura hegemônica da época. Em boa parte uma fé religioso-cultural, sem muita raiz, frágil, que explica bem a situação que hoje vivemos.

2 Viver a fé como opção consciente e livre

Paradoxalmente, vivemos num tempo de inúmeras incertezas que produzem múltiplas medidas de segurança. Hoje procuramos assegurar tudo: acidentes, morte, roubos, futuro, economias pessoais. A tranqüilidade e o otimismo que o racionalismo ingênuo proporcionava a nossos antepassados desapareceu quase por completo. A explosão de novas questões, de novas dimensões da realidade, acarreta a sucessiva mudança de paradigmas e a tentação do ceticismo com relação ao próprio conhecimento humano da verdade. Temos hoje uma consciência, talvez inédita na história da humanidade, da *historicidade da existência humana* e de suas conquistas. O que antes era evidente e por todos aceito se tornou hoje objeto de risco, já que as previsões estão continuamente sendo refeitas pela entrada de novos dados e pelo brotar de novos problemas. O risco supõe que não tenhamos completo domínio da realidade, que não a conheçamos totalmente. Nesse sentido, o risco é algo inerente à condição humana.

Onde a evidência racional se impõe, não há mais lugar para a liberdade, para a opção, para o risco. O saber absoluto traria o reino da repetição, da mesmice, da paralisia histórica.

A Sagrada Escritura nos apresenta a *fé como uma opção livre*, mas não tão distinta do saber científico como protagonizava certo racionalismo anticlerical do passado. Não só porque os primeiros princípios, como já vira Aristóteles, se impõem, sem poderem ser provados, mas porque, em nossos dias, não mais podemos negar o fundo histórico de todo conhecimento humano, a inevitável dependência do nosso pensar da linguagem ou do horizonte recebido do passado, o qual jamais poderá ser examinado e avaliado em todos os seus componentes, para poder, assim, nos fornecer a garantia racional de que representa realmente a expressão da verdade. Além disso, as múltiplas e diversas perspectivas de interpretações da realidade, que só se desvenda como tal no interior de cada uma delas, sem que uma interpretação possa deslegitimar as demais, por serem diferentes (fato este que pode ser observado hoje no interior das próprias ciências), nos comprova que a racionalidade da ciência não está tão longe da racionalidade da fé como já foi pensado.

O que caracteriza a fé é exatamente o fato de não se apoiar na razão humana para se justificar. Seu *fundamento* não é produto humano, e sim oferta à liberdade humana. Vejamos. Na Bíblia, diferentemente da concepção grega, a verdade está intimamente ligada à firmeza, à consistência, à fidelidade (entre pessoas) e vem expressa no vocábulo *emet*. Palavras humanas são verdade, desde que se comprovem como tais, manifestando assim sua consistência. São então dignas de confiança, oferecem firmeza para o que nelas se apóia. A fé em Deus do Antigo Testamento significa assim apoiar-se em Deus, confiar em Deus e, conseqüentemente, ganhar fundamento e consistência para a própria vida. Pois só Deus, em suas palavras e ações, é ilimitadamente consistente e confiável (Sl 111,7s; 119,90s; 146,6). Daí a palavra do profeta: “Se não crerdes, não subsistireis” (Is 7,9).

Desse modo, a concepção hebraica de verdade não pode prescindir do *tempo*, como a noção grega. A verdade não é simplesmente, mas *acontece* na história. A fé ou confiança na fidelidade de Deus se demonstra ao longo da história e implica uma abertura ao futuro, quando Deus se comprovará fiel em outras situações. Naturalmente essa fé se apóia também na *história passada* da fidelidade divina, garantia de sua continuidade no futuro (*Ex* 14,31; *Dt* 4,35ss). No Novo Testamento, a fé se apóia na pessoa de Jesus Cristo pelo qual temos acesso a Deus e à salvação, desde que acolhamos sua proclamação e vivamos sua existência. Como Jesus Cristo ressuscitou dos mortos, também nós viveremos para sempre (*2Cor* 4,13s).

A confiança da fé na promessa de Deus a se realizar plenamente no futuro nos demonstra como ela está estreitamente vinculada à *esperança*. Esta última aponta para a realização da promessa de Deus na pessoa, que espera firmemente a salvação futura. “Bendito seja Deus, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo: na sua imensa misericórdia, Ele nos fez renascer para uma esperança viva, pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos” (*1Pd* 1,3). A esperança cristã ultrapassa qualquer esperança humana, que sempre pode nos decepcionar, já que ela está fundamentada em Deus, “que faz viver os mortos e chama à existência o que não existe” e que fez Abraão esperar contra toda esperança (*Rm* 4,17s).

A certeza da fé se apóia também em seu *conteúdo*. Não se crê a não ser no que nos parece digno de ser acreditado. Assim a pessoa de Jesus Cristo, sua história (palavras e ações), fundamenta a nossa fé, que dela não pode prescindir. Mas, para reconhecer Jesus Cristo como Senhor, devo dar um assentimento livre, devo nele crer como Filho de Deus e Salvador da humanidade. Portanto, só no *interior da fé* chego plenamente ao fundamento da mesma. E aí a história de Jesus, com toda a sua riqueza, me oferece a razão, a verdade e a credibilidade da minha opção. Ao acolher livremente o evento Jesus Cristo, abre-se para

mim sua verdade. Uma verdade que vai se confirmando ao longo da minha caminhada, na medida em que eu a vivo. Aqui se separa a fé autêntica das superstições. Portanto, a fé não é um salto no escuro, irresponsável, mas uma decisão que tem sua luminosidade e racionalidade. Naturalmente essa segurança não é compartilhada pelos de fora, que temem investir sua liberdade. “Credere non potest nisi volens”, já dizia Santo Agostinho.

A certeza da fé pertence a uma *outra ordem epistemológica*, diversa da certeza filosófica. Pois esta última somos nós que adquirimos e adquirimos a partir de nós mesmos, enquanto que a fé resulta da confiança em outro (“Confio em ti, Senhor”, *Sl* 30,15) e da certeza que recebo de outro (“Tu tens palavras de vida eterna”, *Jo* 6,68). Eu não possuo a certeza de minha fé, pois ela não resultou de um raciocínio abstrato. Alguém me fez sua promessa, nela confiei e nela encontrei minha certeza. Portanto, uma epistemologia de risco, com sua racionalidade própria e com sua modalidade peculiar de certeza. Crer em Deus não é o mesmo que reconhecer racionalmente a necessidade de sua existência.

A característica do *risco* inerente à fé cristã, embora de certo modo silenciada numa era de cristandade, é atestada fortemente no Novo Testamento. “Quem quiser salvaguardar sua vida, a perderá; mas quem perder sua vida por minha causa, a salvaguardará” (*Mt* 10,39). Observe-se que a segurança da salvação implica confiança, não em coisas ou raciocínios, mas numa pessoa (por minha causa). Na mesma linha *Lc* 17,33: “Quem quiser conservar sua vida, a perderá; quem a perder, a conservará”. Conservar significa aqui poupar sua vida, não arriscar, conservá-la para si, apegar-se a ela (*Jo* 12,25). Poderíamos sintetizar as palavras do Senhor deste modo: quem investir sua vida com base nas certezas humanas correrá o risco de perdê-la; quem a investir com base na promessa e na fé vai ganhá-la e salvá-la. A fé começa pelo risco e não pela argumentação.

Paulo, depois de elencar os motivos humanos, que o levariam a confiar em si mesmo, afirma taxativamente: “Todas estas coisas que para mim eram ganhos, eu as considerei como perda por causa de Cristo” (*Fl* 3,7). “Por causa dele, perdi tudo e considero tudo isso como lixo, a fim de ganhar a Cristo” (*Fl* 3,8). Há aqui uma *perda* que resulta num ganho, como, aliás, vem constantemente repetido na Sagrada Escritura. “Parte da tua terra, da tua família e da casa de teus pais para a terra que eu te mostrarei” (*Gn* 12,1). “Então, deixando logo as redes, eles o seguiram” (*Mt* 4,20). Como vemos, o mistério pascal, morte e ressurreição, *kénosis* e glorificação (*Fl* 2,6-11) estão fortemente presentes na vivência da fé, característica esta muito esquecida num tempo de cristandade.

A certeza da fé se apóia numa *pessoa*. “Sei em quem depusitei minha fé e tenho a certeza de que ele tem o poder de guardar o depósito que me é confiado até aquele dia” (*ITm* 1,12). A certeza é claramente posterior à confiança em Cristo. Sua fundamentação última não se encontra “na sabedoria humana, mas no poder de Deus” (*ICor* 2,5). A Carta aos Hebreus apresenta uma bela definição da fé na tradução da Bíblia do Peregrino: “Fé é a consistência (*hypóstasis*) do que se espera, a prova do que não se vê” (*Hb* 11,1). Ela fornece solidez e fundamento do que se espera, do que não se vê. Ela antecipa a realidade futura guardada no interior da esperança. “Pois nós fomos salvos, mas o fomos em esperança. Ora, ver o que se espera não é mais esperar” (*Rm* 8,24).

3 Viver a fé em nossos dias

Depois de termos descrito a sociedade hodierna numa primeira parte e, em seguida, recuperado alguns traços fundamentais da fé cristã, apresentados no Novo Testamento, nos resta agora confrontar esses dados para fazer emergir algumas tarefas postas à Igreja para os anos futuros. Naturalmente não temos a

menor pretensão de esgotarmos o tema em toda a sua complexidade. Levantaremos, brevemente, apenas alguns pontos, os quais exigiriam, na verdade, uma abordagem mais completa. Além disso, a complexa realidade religiosa do Brasil, conforme as regiões geográficas e as classes sociais, pediria um estudo mais amplo. Bem conscientes dessas limitações, dividimos a nossa temática, por razões didáticas, em três setores, a saber, teológico, eclesial e pastoral, embora os mesmos estejam intimamente conexos entre si.

3.1 A tarefa da teologia

Como *memória crítica da Igreja*, a reflexão teológica se encarrega de transmitir a mensagem cristã para novas gerações numa linguagem atual, que possibilite o acesso à salvação de Jesus Cristo, por parte das mesmas. Assim, atenta ao horizonte cultural e às problemáticas vigentes na sociedade, enfatiza certos pontos da mensagem, esclarece outros, cria novas expressões. Como *instância crítica*, porém, deve saber discernir, na tradição recebida, possíveis lacunas ou mesmo desvios, recuperando, assim, para a consciência eclesial de uma época as riquezas esquecidas ou omitidas, tal como o fez a conhecida “nouvelle théologie” anos atrás. Nesse sentido, o labor teológico é sempre pastoral, no sentido de que dizemos ser o Concílio Vaticano II um Concílio pastoral, porque quis tornar a mensagem cristã atual para seus contemporâneos.

Uma observação inicial. Sensibilizar-se com as referências culturais dominantes na sociedade não significa submeter o Evangelho às categorias e às coordenadas de uma época, atrofiando-o ou deturpando-o, em vista de conquistar uma clientela. Pois a autêntica inculturação da fé vai sempre acompanhada de uma correspondente *evangelização da cultura*. Outra questão é se essa exigência sempre foi respeitada como deveria, na história da Igreja, tarefa que deixamos aos historiadores.

A *crise de fé* é, sem dúvida, a crise mais profunda do cristianismo, em nossos dias. O advento de uma sociedade pluralista, e agitada por aceleradas mudanças socioculturais, constituiu um fator inesperado e problemático, ao menos para um cristianismo acostumado ao aconchego da cristandade. Desse modo, a transmissão da fé, tão óbvia em tempos passados, nos países marcados pela fé cristã, se tornou um problema sério para as Igrejas. Constatamos hoje a ineficiência do discurso doutrinal e ético, por parte das autoridades eclesiais que se apóie somente nessas mesmas instâncias. Naturalmente influem aqui também fatores de cunho institucional, como veremos mais adiante. Mas a pergunta permanece: Como apresentar a mensagem salvífica de Jesus Cristo como uma “boa-nova” para nossos contemporâneos?

No passado, porque dispúnhamos de uma cosmovisão hegemônica na sociedade, procurávamos interpretá-la em sua *globalidade* à luz da fé. Qualquer setor da realidade, que não recebesse a luz da verdade, enfraquecia a visão cristã, pois o liberava para outras leituras, religiosas ou não, mas sempre questionadoras da visão cristã. Desse modo, a Igreja conseguiu plasmar o horizonte cultural ocidental que fornecia chaves interpretativas e padrões de comportamento para toda a sociedade. Nesse cenário, a transmissão da fé era tranqüila, porque encontrava forte respaldo na própria sociedade. Hoje, dispomos apenas de fragmentos do saber e de práticas comportamentais diferenciadas que coexistem e se relativizam mutuamente. E volta a questão: de que mediação nós dispomos hoje para transmitir a fé cristã?

O imperativo cultural predominante, em nossos dias, é a *busca da realização pessoal*. Cada um se acha no direito de viver a seu modo, procurando o que lhe parece construir sua felicidade, seja do ponto de vista afetivo, material, comportamental e até religioso. Cada um quer ser considerado e respeitado em sua singularidade, em suas aspirações, interesses, afeições e conflitos, contrapondo-se, assim, à pasteurização cultural e à penúria de relações sociais consistentes que caracterizam as sociedades oci-

dentais afluentes, burocratizadas e atomizadas. Igualmente cada um reivindica sua capacidade própria de refletir, julgar e decidir sobre suas opções concretas, mesmo as de cunho religioso, e mesmo sem ponderar reflexamente os critérios utilizados. Ninguém quer ser considerado apenas uma concretização anônima de uma norma geral, aplicada igualmente a outros. Mesmo reconhecendo estar essa busca de auto-realização permeada por ideais consumistas e hedonistas, seria possível aproveitá-la para apresentar hoje a fé cristã?

Na cristandade, a mensagem cristã era imposta às pessoas, juntamente com os demais componentes do horizonte cultural. Hoje esse procedimento resulta estéril e desperta animosidade, por parte de nossos contemporâneos. Portanto, tarefa da teologia deveria ser apresentar a mensagem cristã implícita no evento Jesus Cristo como uma *modalidade de realização da própria liberdade*. Pois a generosa oferta de fontes de sentido, na atual sociedade, e a liberdade usufruída por cada um para assumir as que quiser faz com que o imperativo da escolha se torne uma necessidade em nossos dias. Naturalmente pesarão, e muito, as modalidades de auto-realização dominantes e impulsionadas pela mídia. Mas, constatamos que elas nem sempre são seguidas, já que os episódios de rebeldia se sucedem.

A fé cristã assumida como uma possível modalidade de vida parte de dentro da pessoa, considera a instituição, num segundo momento, e se comprova e fortalece na própria caminhada. Desse modo, poderá conseguir um *contato pessoal com Jesus Cristo*, com os valores centrais do Evangelho, que, com frequência, não são devidamente percebidos e valorizados, dada a multiplicidade dos discursos doutrinários e morais provindos da hierarquia. Desse modo, o cristianismo terá maior chance de aparecer em sua verdade profunda, como um ideal de vida atraente, que mobiliza liberdades e faz nascer comunidades. Caso contrário, poderia ficar soterrado pelas práticas tradicionais, pelas proibi-

ções morais, pelas formulações doutrinárias, que não são falsas ou supérfluas, mas carecem de força apelativa.

Naturalmente a fé cristã como uma real possibilidade de se viver a aventura da vida deverá *corrigir a ótica individualista* hoje predominante. Pois em tudo, também nas religiões, se busca a realização de suas potencialidades, a paz interior, o equilíbrio, o consolo afetivo. Esse fato acarreta uma redução do ideal cristão, cuja plenitude só se dará na outra vida. Porque a auto-realização pessoal pretendida deve dar-se nesta vida e imediatamente. O “já” e o “ainda não” do Reino de Deus se separam a favor de uma felicidade que não é o próprio Deus, mas o cumprimento de expectativas meramente humanas. Cabe à teologia demonstrar como a liberdade humana tem sua realização não exaurida em si mesma, mas que chega a sua meta, ao se voltar para o próximo necessitado, no amor fraterno e na construção de uma sociedade mais justa, meta esta que só atingirá sua realização plena na outra vida em Deus.

Cabe também à teologia defender o devido *espaço* para a atuação da liberdade individual do cristão na Igreja. Nem tudo pode ou deve ser ditado de cima. Pois a realidade vivida por cada cristão nem sempre é acessível aos responsáveis pelo Magistério. Mais vale oferecer critérios cristãos para uma determinada opção do que exigir o que naquela situação não poderá ser realizado. Pois assim a Igreja perde credibilidade, e as pessoas dela se afastam, criando um perigoso fosso entre a hierarquia e os fiéis. Cabe igualmente à teologia, em nossos dias, não apenas explicitar e atualizar as expressões das verdades cristãs, doutrinárias e morais, mas ainda argumentar que a vivência e a apreensão pessoal das mesmas acontecem ao longo da vida num *processo* natural, com altos e baixos, próprios da condição humana, sem culpabilizar de antemão os que não correspondem perfeitamente às formulações doutrinárias ou às normas morais.

3.2 A tarefa da Igreja

A dificuldade encontrada pela Igreja em se fazer ouvir e ser obedecida por nossos contemporâneos provém de um modo de proclamar a mensagem salvífica, posto em prática durante todo o tempo da cristandade e que hoje resulta ineficiente devido à mentalidade reinante em nossos dias. Privilegiava-se a exatidão da exposição doutrinal e a obrigatoriedade do enunciado ético, *sem emitir um convite a uma liberdade adulta*. Porém, as pessoas hoje não mais aceitam um discurso pronto o qual devam acolher, nem uma norma imposta de cima à qual devam se submeter. Nossos contemporâneos aspiram ao diálogo, à liberdade de pensar, à autonomia do agir, ao direito da consciência moral, à corresponsabilidade. Não negamos que tais aspirações possam estar deformadas pela cultura individualista atual, mas, sem dúvida, constituem a mentalidade dominante entre nossos contemporâneos aos quais temos que anunciar Jesus Cristo.

Por outro lado, constatamos uma *hipertrofia da mediação eclesial da fé*. Naturalmente, sua necessidade é evidente, como já observava S. Paulo: “A fé vem da pregação e a pregação é o anúncio da palavra de Cristo” (*Rm 10,17*). Porém, toda ela deve estar *a serviço do despertar e do fortalecer a fé*. A pessoa humana deve sentir-se interpelada pela Palavra de Deus, convidada a responder livremente, e se comprometer com a pessoa de Jesus Cristo. Contudo, as mediações da fé podem ganhar uma objetividade de um depósito frio de doutrinas e de normas a ser fielmente transmitido, carecendo, entretanto, da força transformante e mistagógica da Palavra de Deus.

Desse modo, a instituição eclesial aparece como uma entidade impessoal e burocrática, autoritária e moralista, preocupada primeiramente com formulações, mandamentos e ritos. Com isso sofre o sentido último da Igreja de ser o *sacramento da salvação para o mundo*. Pois ela deve deixar transparecer em sua *proclamação* o núcleo do querigma primitivo e em sua *vida* a re-

alização efetiva do Reino de Deus já acontecendo na comunidade. Tanto a proclamação da Boa-Nova do Reino como sua presença viva nos membros da comunidade eclesial deveria convergir para a *pessoa de Jesus Cristo*, constituindo-se num convite atraente à liberdade humana.

Vejamus primeiramente o *anúncio salvífico*. Este deve ser proclamado ao ser humano realmente como sua realização pessoal e sua felicidade plena, como algo que lhe concerne intimamente, mas respeitando sua capacidade de reflexão e de decisão. Portanto, a pessoa deve conservar seu espaço para reagir, se questionar, esclarecer e se comprometer. A todos não pode ser imposta uma norma geral que atropelasse os direitos da consciência de cada um. Nem que lhes seja lançada logo a pecha de pecadores ou de heterodoxos, caso não consigam satisfazer perfeitamente as normas e avaliar corretamente as doutrinas.

A força interpeladora e atrativa da mensagem cristã acontece através do *testemunho de vida* de membros da comunidade. Por ser um comportamento, que contrasta com o individualismo dominante, ele questiona e faz pensar, move os ânimos e atrai a liberdade, sobretudo se deixa transparecer na própria vivência as características de simplicidade e pobreza. Então essa práxis cristã estará remetendo para além de si mesma, para a ação de Deus, para a presença de Cristo ressuscitado na comunidade, arrastando outros ao mesmo tipo de vida, centrado na pessoa de Jesus Cristo.

A comunidade eclesial é uma comunidade de fé, de opção pessoal, de compromisso com a existência de Jesus Cristo. Essa fé leva ao testemunho (*martýrion*) nas palavras e na vida, se concretiza no serviço ao próximo (*diakonía*) e se expressa e realiza no culto (*leiturgia*). Essa realidade não pode ficar escondida pela estruturação jurídica, pela burocratização, pelas tradições humanas, pelos pronunciamentos e medidas que mais visam à própria instituição do que a salvação do Povo de Deus. Hoje se discute muito uma renovação da dimensão institucional da Igreja, fato

este que já se deu em outras épocas, não para adaptá-la à mentalidade contemporânea, mas sim para que ela seja, de fato, Igreja, sacramento que deixe *transparecer* a mensagem salvífica de Jesus Cristo. Vitrine, não biombo.

Há ainda outro ponto que merece nossa consideração. A existência e a mensagem de Jesus Cristo apontam indubitavelmente para uma ação de Deus na história humana que se realiza na pobreza, na fraqueza, no escondimento, na ausência de poder e de prestígio. É na fragilidade humana que se manifesta o poder de Deus. O *mistério pascal* é o coração da nossa fé, como tão bem vem expresso no hino cristológico da Carta aos Filipenses: a glorificação e a vitória pressupõem o despojamento e o abaixamento (*Fl* 2,6-11). O mesmo vale para a fé e seu sacramento, o batismo, como observa S. Paulo na Carta aos Romanos: “Pois se fomos totalmente unidos, assimilados à sua morte, o seremos também à sua ressurreição” (*Rm* 6,5).

Portanto, a fé não pode ser concebida sem requerer uma *perda* em vista do Reino, um deixar as redes para poder seguir Jesus. Não se trata de uma renúncia pela renúncia, mas de uma condição para entrar na aventura de seguir Jesus de Nazaré, uma aventura marcada pela imperfeição da condição humana, mas cujo desenlace se dará na outra vida em Deus. A multiplicidade das prescrições eclesíásticas, o modo de agir e as próprias estruturas da Igreja não deixam devidamente transparecer a característica pascal de nossa fé. A concentração de poder, a busca de prestígio, a difícil participação dos mais simples, a confiança nos recursos financeiros e mediáticos, o apelo à emotividade e a leitura egocêntrica da fé, são algumas realidades presentes na Igreja que enfraquecem, sem dúvida, a força e a atratividade da mensagem cristã.

A maioria da população mundial é pobre, carente e impotente. A ela é dirigida prioritariamente a Boa-Nova de Jesus, como Ele próprio deixou claro nas bem-aventuranças e na sua ação pastoral. A maioria dos católicos vive no Terceiro Mundo em

condições precárias e desumanas. A Igreja é, de fato, uma Igreja constituída de pobres. Estes, na sua indigência, vivem mais a gratuidade cristã. E aqueles que com eles trabalham são relegados à periferia da sociedade, experimentando a *kénosis* dos sem força e sem voz, mas vivendo a fé em toda sua verdade, alicerçados na força de Deus. Afirmamos isso, sem desmerecer a presença viva e atuante das classes médias na Igreja em seu meio social. Mas insistimos: não deveria a Igreja buscar uma configuração institucional que correspondesse mais à intenção de seu fundador?

3.3 A tarefa da pastoral

Não se trata aqui de oferecer receitas pastorais já prontas para o uso, as quais deverão surgir conforme os contextos socio-culturais e as situações existenciais. Mais importante é determinar os traços mais gerais da atual sociedade, que incidem diretamente na elaboração de uma atividade pastoral condizente com os nossos dias. Primeiramente, devemos incrementar uma *pastoral de conquista*, e não apenas de manutenção, como acontecia na cristandade. Pois já não podemos pressupor tranqüilamente a fé, tal a generosa oferta de crenças presente na sociedade. Deve, portanto, se constituir como uma pastoral do convite a uma modalidade de vida entre outras, mais do que como uma adesão a um corpo doutrinal e ético.

Essa afirmação vale para todos, especialmente para os batizados não-praticantes, que deverão ser orientados a entrar num processo, numa caminhada progressiva para uma vivência mais plena da fé. Mais do que procurar que cheguem a bem conhecer a doutrina e a perfeitamente praticar os mandamentos, o que naturalmente não deve ser descurado e nem exigido logo de início, faz-se mister introduzi-los na *experiência plenificante da vida de fé*. O acolhimento da fé deve realizar-se de dentro para fora, ele deve partir de experiências pessoais, e deve ir se manifestando

em suas múltiplas dimensões e exigências, no decorrer de um processo, o qual pressupõe tempo e paciência. O sentido e a verdade da mensagem cristã em sua positividade, não soterrada sob interditos e proibições, irá se desvelando na própria vida do cristão. Experiências significativas, reflexões vitais, opções pessoais se sucedem construindo uma fé personalizada e indispensável num tempo de pluralismo cultural e religioso.

A pastoral deve respeitar a pessoa em sua situação existencial, insuficientemente evangelizada, influenciada pela mídia, identificada com padrões sociais vigentes, e descrente da verdade pelas mudanças sucessivas e aceleradas que experimenta, ou tentada a satisfações momentâneas, sem se incomodar com o futuro. De fato, o traço cultural dominante é buscar em tudo o que *imediatamente faz bem ao indivíduo*. Esse dado deve ser seriamente considerado na pastoral. Não se nega a necessidade dos passos seguintes, que abram a experiência gratificante e confortante da fé para outras dimensões implicadas numa vida cristã séria. Pois permanecer no nível da satisfação afetiva, pessoal ou comunitária, significaria sucumbir à ótica individualista da religião e desconhecer de fato a fé cristã, apesar do freqüente uso de seus símbolos.

Sem renunciar às metas doutrinárias e éticas da Igreja, sem temer anunciá-las corajosamente em nossos dias, deve, entretanto, a pastoral respeitar a *historicidade da condição humana* que só lentamente caminha para tais metas. Essa observação sempre foi válida ao longo da história do cristianismo, mesmo numa época de cristandade. Ela é central em nossos dias, devido à pluralidade de discursos presentes na sociedade e à limitada influência da Igreja Católica. Temos que anunciar Jesus Cristo, sem prescindir da pessoa concreta que nos ouve, como nos ensinam o apóstolo Paulo (*At 17,22-31*) e o Concílio Vaticano II (*Gaudium et Spes*). Deve ser observado ainda o seguinte: a identidade cristã implica necessariamente uma *ruptura* com a vida passada, ruptu-

ra esta realizada, sobretudo, pela integração progressiva e consciente numa comunidade cristã.

A pastoral deve dar grande importância à *qualidade da vivência comunitária*. Não só devido à necessidade de um respaldo social para a fé com o fim da cristandade. Mas pelo empobrecimento e pela deterioração das relações humanas na vida acelerada que levamos. Desse modo, hoje se dá enorme importância a uma integração social bem-realizada, com relações sociais densas e fidedignas, com práticas e compromissos pessoalmente assumidos juntamente com outros. Hoje constatamos o primado do *relacional* sobre o institucional.

Esse dado pede uma renovação do componente institucional da Igreja. Pois a configuração eclesial do passado, baseada quase que exclusivamente na autoridade eclesiástica e na formulação doutrinal, já não consegue se fazer valer em tempos pós-modernos como o nosso. Faz-se mister abrir espaço para *novas modalidades comunitárias* de viver a fé, mais em sintonia com a mentalidade atual, sem lhe submeter evidentemente a fé. Nessas, a experiência pessoal de cada um é respeitada e confrontada com a experiência religiosa dos demais. As referências distintivas e as lideranças comunitárias nascem dentro desses próprios grupos.

Esses últimos, hoje, *sensibilizam mais* do que a grande instituição eclesial. Não estaria aqui o segredo do nascimento, crescimento e sucesso dos novos movimentos e das novas comunidades, mesmo reconhecendo suas insuficiências? Nessa linha não deveriam ser incentivadas as comunidades cristãs de menor porte, nas quais a mesma fé, o conhecimento mútuo e os desafios comuns facilitassem uma autêntica vivência eclesial? Pois também elas são Igreja, e seus membros deveriam ter clara consciência dessa verdade. Nessas comunidades o culto (*leiturgia*), o serviço (*diakonía*) e o testemunho (*martýrion*) achariam expressões concretas condizentes, embora modestas. Seus membros teriam participação também ativa na Igreja e se sentiriam mais em comunhão com ela. Naturalmente deveriam estar em comunhão

também com as demais comunidades para não se transformarem em guetos ou seitas.

Finalizemos. Não podemos negar uma profunda crise de fé entre nossos contemporâneos. Suas conseqüências já se fazem sentir claramente na sociedade e na Igreja. Não nos basta apenas transmitir o que recebemos do passado, mas empreender um autêntico *aggiornamento* na Igreja, como desejava o Concílio Vaticano II. Pois a fé não prescinde de sua mediação cultural e eclesial. Aqui está, portanto, uma tarefa que incumbe a todos nós, já que todos somos Igreja.